

# A relação entre uma ontologia crítica do presente e a problematização da agonística entre poder e liberdade em Michel Foucault

## RESUMO

Este texto pretende analisar a proposta foucaultiana com relação ao trabalho da filosofia enquanto ontologia crítica do presente, diagnosticando os eventos mais atuais da nossa modernidade. Inquestionavelmente, para exercer esta tarefa, a ontologia crítica precisa se defrontar com a problematização da agonística entre poder e liberdade.

**Palavras-chave:** Agonística; liberdade; ontologia crítica; poder.

## ABSTRACT

The objective of this text is to analyze the Foucault's proposal, with reference to philosophy while ontological critic of present, diagnosing the more actual events in our modernity. Unquestionable for exercise this performance, the ontological critical needs to confront with the problematization of the agonistic between power and freedom.

**Key words:** Agonistic; freedom; ontological critic, power.

---

\* Doutorando em Filosofia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

## O iluminismo e a relação entre ontologia do presente e ethos filosófico

Nosso texto inicia-se com o seguinte questionamento: qual o papel da filosofia na atualidade? Segundo Michel Foucault uma atividade filosófica verdadeira, precisa traçar uma ontologia crítica do momento presente. Aliás, em uma entrevista concedida em 1967, para P. Caruso, Foucault esclarece qual é sua tarefa, como filósofo e por qual propriedade assim se declara. Citando o autor:

Que o que eu fiz tenha algo haver com a filosofia, é muito provável; sobretudo na medida onde, pelo menos após Nietzsche, a filosofia tem por tarefa diagnosticar e não dizer uma verdade que possa valer para todos e para todo o tempo. Eu quero realizar um diagnóstico crítico do presente: dizer o que somos hoje e o que significa, hoje, dizer o que somos. Esse trabalho de escavação sobre nossos pés caracteriza, desde Nietzsche, o pensamento contemporâneo: nesse sentido posso me declarar filósofo. (FOUCAULT, 2001, p. 629).

Então a Filosofia apresenta sempre como tarefa o **diagnóstico crítico do presente**, buscando diagnosticar o que somos ou no que estamos nos constituindo de acordo com o que estamos fazendo de nós mesmos em nossa atualidade. Partindo desta perspectiva, o objetivo principal de um pensamento crítico hoje é o de imaginar e construir o que poderíamos ser para nos libertarmos da individualização e totalização simultâneas das estruturas do poder moderno. Percebe-se o interesse do pensador francês com relação as possíveis lutas ou formas de recusa das subjetividades impostas. Temos uma questão de cunho ético-político, imbricada diretamente na tensão entre liberdade e poder. Mas qual a relação entre a prática de um diagnóstico do presente e a questão referente às tentativas de se resistir às estratégias dos poderes assujeitadores?

Em seus últimos cursos no Collège de France, exatamente em 1983, Michel Foucault comenta um texto de Kant, *Was ist Aufklärung?* Mas por que Foucault se debruçou e fez referência a um texto kantiano cujo título traduzido

do alemão para o português é *O que é o Iluminismo?* O que chamou a atenção do pensador francês para um tratado escrito no século XVIII pelo filósofo alemão? Claro que inicialmente se faz necessário descrever um pouco do que trata este texto, publicado em 1784 em um jornal alemão. Kant define a *Aufklärung* (Iluminismo) como

[...] a saída do homem do estado de minoridade ou dependência infantil, da qual o homem é o próprio culpado por sua incapacidade de não pensar por si mesmo. (KANT, 1984, p.100).

Significa dizer que para despertarem de seus sonos dogmáticos, os indivíduos tanto em nível particular quanto coletivo, devem fazer uso de sua razão para assim desafiar premissas apresentadas como corretas e que guiam as suas crenças e condutas. Precisam ter a coragem de conhecerem e pensarem por si mesmos para se atingirem a maturidade, assumindo as próprias decisões, sem a necessidade de recorrer aos dogmas ou as autoridades. Foucault retira do ensaio kantiano a idéia de desafiar as hipóteses sobre o que sabemos e como agimos. Esta é uma atitude entendida como um modo de relação com a atualidade, onde o indivíduo não é um mero espectador, mas sim um ator do presente do qual faz parte. Kant problematiza seu presente, com o intuito de definir o modo de uma atitude totalmente nova em se perguntar sobre: O que no presente faz sentido atualmente para uma reflexão ou crítica filosófica? Que é que se passa agora? E o que é esse agora, no interior do qual estamos? Claro que não é a primeira vez que na reflexão filosófica, referências são feitas ao presente, pelo menos como situação histórica determinada e que pode ter valor para a reflexão filosófica. Descartes, no início do *Discurso do Método*, conta seu próprio itinerário e o conjunto de decisões filosóficas tomadas ao mesmo tempo para si e para a filosofia, se referindo antes a uma maneira explícita, a algo que poderia ser considerado como uma situação histórica do conhecimento no seu momento presente. Contudo, em Descartes, está ausente uma questão que seria da ordem: "O que é precisamente este presente ao qual pertencemos?" Segundo a interpretação Foucaultiana, essa nova interrogação crítica pode ser caracterizada como uma **ontologia do presente**, um tipo

de ontologia histórica e crítica de nós mesmos. Aqui temos a idéia de filosofia não como abstrata ontologia metafísica de essências intemporais, mas como problematização deste presente, possuindo a tarefa de diagnosticar um elemento do presente como acontecimento que se precisa distinguir e decifrar. A atitude de diagnóstico crítico está indissociada de uma ontologia do presente. Não se trata aqui de uma tradicional tentativa de conceber uma analítica da história da verdade, mas consiste em exercitar uma analítica do presente histórico. Traçar uma ontologia crítica nos possibilita a formulação de outras questões essenciais como: o que nós somos no momento presente? O que estamos fazendo de nós? Quais são as transformações que ocorrem a nossa volta? E o que faço quando falo deste momento presente? Foucault entende então a tarefa da filosofia como sendo a de se defrontar com esta problematização, voltada não simplesmente para o que acontece no sentido puramente teórico, mas como possibilidade de transformação, uma ação de mudança, fundada no exercício do diagnóstico crítico. Como cita Foucault:

Uma ontologia crítica do presente de nós mesmos deve ser considerada não como uma teoria, doutrina ou corpo permanente de saber que se acumula; deve ser concebida como uma atitude, um *ethos*, uma via filosófica onde a crítica daquilo que somos – seja ao mesmo tempo – uma análise histórica dos limites nos quais estamos situados e a prova de sua ultrapassagem possível. (FOUCAULT, 1994b, p. 578).

Deve ser assinalado que presente nesta concepção de *ethos filosófico* se expressa não apenas o sentido de uma crítica permanente de nosso ser histórico, mas também uma crítica permanente de nós mesmos. O *ethos* aqui especificado por Foucault, estabelece a tentativa de transformar o sentido de crítica kantiana, em uma atitude prática da razão no sentido que se atinjam modos de ultrapassagem dos nossos limites. Localiza-se nos limites sempre a possibilidade de se criar ações ou pensamentos diferentes. Temos uma “atitude limite”, que precisa ser entendida não como uma ação de transgressão ou rejeição, mas uma atitude de crítica em movimento, voltada para transformação da

vida dos indivíduos de forma criativa, levada às últimas conseqüências. O *ethos* transforma a crítica exercida na forma da limitação necessária em uma crítica prática na forma da ultrapassagem possível. Logo, a referência ao modelo kantiano não significa um retorno a Kant por parte de Foucault. A atitude crítica consiste em repensar o Iluminismo, não como aurora do reino luminoso da razão, mas como um esforço permanente para interrogar as racionalidades totalitárias ou falaciosas que nos conduzem. Passa-se de uma crítica em termos transcendentais para uma crítica no plano das práticas imanentes. A crítica não vai mais se exercer na investigação das estruturas formais que têm valor universal. O objetivo da crítica *hoje* é o de se configurar enquanto *ethos filosófico*, buscando as condições e as indefinidas possibilidades de nos transformarmos a nós próprios. Ela exige sempre um trabalho paciente sobre os nossos limites. Essa crítica prática como ultrapassagem possível é genealógica em sua finalidade, quando ao partir da contingência que nos fez ser o que somos, passamos a ter a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos. Significa dizer que o projeto de uma crítica permanente não tentará identificar as estruturas universais de todo conhecimento possível ou ações morais possíveis. Identifica-se sim como uma crítica prática que toma a forma de uma ultrapassagem, possuidor de um sentido de crítica aos limites, entendidos como a maneira como temos nos constituído enquanto sujeitos que pensam e agem em nossa atualidade, possuidores da identidade de “racionais e autônomos”, herdeiros da própria *Aufklärung*. Pelo menos a partir da proposta iluminista tradicional, incluindo é óbvio a kantiana. A crítica prática dos nossos limites, promovida por uma filosofia da ontologia do presente, pode abrir novos espaços para recusarmos o que temos sido, agindo e pensando de forma mais criativa. Então o ponto essencial da ontologia crítica de nossos limites é possibilitar o pensar e o agir diferente.

## **Ontologia crítica do presente e a questão do poder**

Fica claro que a ontologia crítica não é um gesto de pura rejeição de tudo, mas como

foi afirmado, se apresenta como uma atitude crítica prática para transformações possíveis. Aparentemente não existe a proposta de um modelo de agir universal. Não é um sujeito transcendental que está em jogo. Contudo, também não se alude a algum tipo de agir individual, pois qualquer transformação só se faz possível com os outros. Mas como agir para abrir possibilidades de ultrapassar nossa própria condição? Como conhecermos de modo amplo e definitivo nossos limites? Não nos parece que Foucault apresente uma solução fechada para estas questões. Talvez seja exatamente esta sua intenção. Aliás, o filósofo reconhece que o projeto de ontologia crítica abandona a esperança de um dia atingir a um ponto de vista que pudesse nos dar acesso a qualquer conhecimento completo e definitivo do que pode constituir nossos limites históricos. Contudo, a crítica prática pretende ser uma espécie de desafio e uma possível ação de recusa, contra ações, conceitos e valores que informam e determinam a nós, como assujeitados aos poderes hegemônicos, onde tudo nos é conferido como necessariamente universal e progressista. Claro está que estamos nos referindo ao conjunto de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que se apresentam como realizações do Iluminismo ainda em nossos dias. Algumas dessas mudanças se apresentam em conflito com a autonomia dos indivíduos. Não existe qualquer repúdio a estes valores e as instituições sob a noção ampla de Iluminismo e Modernidade, levando-se em conta que alguns acabem sendo indispensáveis para nossa autonomia. Diante deste quadro, uma das questões fundamentais necessária para abordagem da ontologia crítica parece haver um “paradoxo das relações de capacidade e poder” ou em outras palavras, a condição agonística entre sermos livres, resistindo às diferentes práticas de poder. Aliás, em nossa atualidade nada é mais novo e evidente como um problema a ser diagnosticado do que a relação entre liberdades e excessos no exercício do poder. Através de sua investigação genealógica, Foucault percebe que o foco da crítica filosófica não pode mais insistir em tratar da questão como foi tão perseguida pela filosofia política tradicional: o que é o poder? Agora a tarefa é de se diagnosticar como se exerce o poder. O autor vai mais além: não existe de fato esta substância referida como poder, mas rela-

ções de poder em diversos campos. Significa dizer que a expressão do poder no singular não faz mais sentido. Se tratado desta forma, teremos um falso problema. Assim também como se demonstrarão infrutíferas as tentativas que buscam sua mera definição teórica. Deste modo, a nova definição foucaultiana de um poder difuso compreende um campo múltiplo e diverso de relações de poderes imanentes ao domínio onde se defrontam, constituindo os espaços de ser e estar dos indivíduos. Por este motivo, age-se segundo **relações de poderes** que manifestam ações agonísticas reveladoras do jogo que inverte, desloca e transforma estas relações. Este é um tema de nossa atualidade, onde ocorre espraiamento destas relações de poder por todos os segmentos sociais e políticos. Segundo esta perspectiva o que se faz necessário diagnosticar é a condição do poder colocar em jogo relações entre indivíduos ou mesmo entre grupos. Elas não podem ser dissociadas das atividades com um fim, quer se trate daquelas que permitem exercer técnicas de adestramento ou os modos de obtenção de obediência ou aquelas que fazem apelo para se desenvolverem as relações de poder. Existem diferentes formas, diversos lugares, variadas circunstâncias ou ocasiões em que estas inter-relações se estabelecem a partir de um modelo específico. O que faz Foucault é analisar o poder a partir de técnicas e de táticas de assujeitamento dos corpos, não partindo mais do modelo de um poder soberano. Não pode ser definido através de suas características universais. O poder é o nome dado a uma situação estratégica complexa (FOUCAULT, 2005b, p. 89). O que podemos observar são formas heterogêneas de poder, em constante transformação, apresentando uma eficácia produtiva e não mais apenas negativamente como uma força repressiva, mas que funciona de modo sutilmente produtivo. O autor desenvolve a distinção entre relações de poder, capacidades objetivas e relações de comunicação. Estes três tipos de relações estariam sempre imbricados umas nas outras, o que não quer dizer que cada uma não possua a sua própria especificidade. Em *Vigiar e Punir*, Foucault destaca que a partir do século XVIII, essas técnicas de poder, que intervêm materialmente, investindo sobre a realidade mais concreta dos indivíduos, o seu corpo, acabaram por cobrir todo o corpo social. Essas técnicas que realizam

a sujeição constante das forças do corpo e que impõem uma relação de docilidade-utilidade são chamadas de **disciplinas**. Foucault define a extensão progressiva das disciplinas no decorrer dos séculos XVII e XVIII, através do conjunto do corpo social, acarretando “na formação do que se poderia chamar grosso modo na sociedade disciplinar.” (FOUCAULT, 2005a, p. 211). Instituições como hospitais, asilos, escolas e prisões passam a se consolidar como estruturas atuantes no controle do tempo e do espaço dos corpos. As assim denominadas tecnologias das disciplinas tomam os corpos dos indivíduos como objetos de intervenção, constituindo assim uma anátomo-política dos micro-corpos. Esta prática de poder emergente no início da época clássica será decisiva para o desenvolvimento do capitalismo, pois fornecerá um substrato essencial na formação de corpos aptos para produção fabril. As técnicas disciplinares operam uma extração do tempo e trabalho dos corpos, os qualificando enquanto corpos úteis, sendo estes investidos de maior capacidade possível para produzirem, os tornando equivalentes as máquinas. Estes corpos mecanizados precisam ser assujeitados às condições de trabalho para produzirem com maior eficácia. Torna-se essencial entendermos por disciplina-zação das sociedades não uma prática para forçar obediência total dos indivíduos, mas que busca um ajustamento cada vez mais controlado - mais racional e econômico - entre as atividades produtivas, as redes de comunicação e o jogo das relações de poder. O poder disciplinar é exercido como um sistema minucioso de coerção material sobre os corpos individuais.

A preocupação em se adotar práticas disciplinares, se caracteriza pelo emprego de mecanismos de normalização, completamente estranhos aos discursos e práticas do direito. O poder disciplinar constrói e veicula um discurso que não é o do direito, da lei ou da regra, mas o da normalização. Como ressalta Foucault (1996, p. 169) as disciplinas definirão um código que não será o do legal, mas sim o da normalização (FOUCAULT, 2005a, p. 194). A normalização disciplinar promove esquadrinhamentos sistemáticos do tempo, espaço e movimento dos indivíduos, buscando atingir suas atitudes, gestos, performances, onde os indivíduos se tornam força de produção fabril quando devidamente docilizados

pelo sistema político de dominação, comum ao poder disciplinar.

A eficácia do poder disciplinar resultaria do uso de três instrumentos simples: a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame que combinam os traços da hierarquia que vigia com os traços da sanção que normaliza (FOUCAULT, 2005a, p. 194). Embora direcionadas aos corpos individuais, as técnicas disciplinares, devido ao seu caráter multiforme, são aplicáveis também aos corpos sociais, cujo objetivo é a padronização das ações dos indivíduos em suas diversas realizações para que se enquadrem na norma estabelecida. Assim, as técnicas disciplinares são exercidas também em espaços do corpo social, visando à distribuição espacial dos corpos individuais e controlando o desenvolvimento das suas ações, implicando assim em vigilância e domínio do tempo das atitudes.

Ao final do século XVIII e mais precisamente no início do século XIX, começa a se delinear uma nova forma de jogo de poder onde ocorre à assunção do fenômeno da vida pelo poder, como afirma Foucault (FOUCAULT, 2002, p. 286), uma tomada de poder sobre o corpo do homem enquanto ser vivo. Entretanto, agora não mais se restringindo ao corpo individual ou micro-corpo, mas sobre um novo tipo de corpo político: o “corpo molar da população”. Mas o que é a população? Um conjunto de seres vivos suscetíveis de controle, para se assegurar uma melhor gestão da sua força produtiva. A população se torna objeto do poder e começa a ser analisada e principalmente esquadrinhada, por uma variada quantidade de políticas públicas visando à regulamentação da dinâmica dos corpos que a constituem.

Desta forma, partindo da articulação da existência de um novo objeto à atuação do poder – a população, com suas regularidades: a taxa de natalidade, mortalidade, longevidade, etc. – se estrutura novas estratégias de poder. Assim sendo, enquanto a normalização da prática disciplinar se aplica essencialmente aos corpos individuais, na biopolítica por sua vez, através da “tecnologia do biopoder”, instala como norma a regulação sobre a vida, com o objetivo claro de governar a vida dos corpos não apenas individualmente, mas coletivamente (FOUCAULT, 2004, p. 285-6). Significa dizer que não se trata mais diretamente de docilizar e vigiar os corpos dos indivíduos, mas gerir a

população ou o corpo social, instituindo programas de administração da saúde, de higiene. Agora o poder se estende do corpo individual à população, onde disciplina e biopolítica atuam simultaneamente.

A biopolítica centra-se na vida da população de corpos, passando a ocupar-se calculadamente de novos problemas propostos para a prática de governar, através da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade (FOUCAULT, 2002, p. 306). Em nossa atualidade, os governos perceberam a importância de lidar com uma população que precisa ser regulada em suas variáveis específicas (natalidade, fecundidade, alimentação, habitação), as quais se situam no ponto de interseção dos movimentos próprios à vida e aos efeitos particulares das instituições. O Estado passa a agenciar a saúde dos corpos, com intervenções políticas de gerenciamento da saúde e da doença, desenvolvendo uma prática de biopoder que se dá em nome do futuro da espécie, do bem-comum, da saúde das populações e/ou da vitalidade do corpo social. Estas práticas passam a trabalhar a administração da vida do homem-espécie não apenas para que esta seja controlada e normalizada, mas para gestão produtiva do corpo social. Foucault explica tal projeto atribuindo grande relevância à questão da "governamentalidade" onde a população passa a ser compreendida como problema econômico e político a partir da segunda metade do século XVIII.

Esta racionalidade da governamentalidade pode ser identificada por um tipo de **liberalismo**, identificado como uma prática refletida de governo e não uma teoria econômica ou ideologia. Esta noção de liberalismo é atravessada pelo seguinte princípio: "sempre se governa demais." A suspeita de que sempre se governa excessivamente é atravessada, pela questão: qual a necessidade de governar? Para Foucault (FOUCAULT, 1994b, p. 822-823), ao surgir esta questão, o liberalismo se apresenta como uma forma de reflexão crítica a própria racionalidade do governo, ou seja, uma crítica da razão governamental. Esta concepção de liberalismo se constitui como a crítica de uma governamentalidade atual que se tenta reformar e racionalizar (FOUCAULT, 1994b, p. 821). Temos então a tentativa de se refinar muito sutilmente a arte de governar os corpos sociais, se

fazendo necessário governar bem e menos. Como todas as formas de práticas de poder foram governamentalizadas, caracteriza-se a modernidade como a **era da governamentalidade biopolítica**.

Não se pode negar a presença de relações de poder em qualquer sociedade, como jogos estratégicos, independentemente de serem desejados ou não. Referimo-nos as estratégias de poder voltadas para governar e conduzir os outros. O termo governamentalidade, cunhado pelo filósofo francês, serve para identificar o surgimento de uma nova estratégia de administração dos corpos, tanto individualmente quanto coletivamente, que sob o pano de fundo da normalização biopolítica, desenvolveu uma norma específica: atuar sobre os fenômenos naturais que se manifestam nas populações de corpos. Como destacado anteriormente, percebe-se a preocupação de Foucault sobre a necessidade de uma crítica histórica de nossa racionalidade política até o momento presente. Destaque-se aqui que embora nunca tenha subtraído totalmente a figura do Estado com relação ao exercício do poder, Foucault o desloca do centro das suas práticas. Contudo, quando passa a analisar a racionalidade política moderna que se expressa através das estratégias de práticas de poder em nosso momento presente, caracterizada pela "governamentalidade biopolítica", o autor aparentemente começa a voltar sua atenção para um tipo de gênese do Estado Moderno. Não que exista em Foucault a concepção de uma teoria do Estado, mas sim a necessidade de se diagnosticar o desenvolvimento de uma nova forma "tecnologia de governo" a partir de uma racionalidade específica de governamentalizar as condutas. Foucault passa a ressaltar a governamentalização do aparelho de Estado à medida que as práticas de agenciamento da vida vão se capilarizando pelo corpo social. Assim sendo, se configura uma governamentalidade tanto externa ao Estado como interna a este, sendo esta a razão de sua manutenção ainda de modo eficaz e persistente no cenário político moderno.

Com referência a este aparelho de poder, Foucault (FOUCAULT, 2002, p. 287) detecta um incômodo paradoxo na normalização da governamentalidade biopolítica, que segundo um viés humanista, que precisa ser recusado, protege e administra a vida da população, para assim

promovê-la. Contudo, ao mesmo tempo, pode perpetuar o descarte ou exclusão dos indivíduos, por meio de práticas depuradoras em nome da proteção e purificação da vida agencia pela biopolítica. Se antes o poder soberano exercia seu direito sobre a vida na medida em que podia tirá-la, a partir do século XIX se opera uma transformação decisiva, onde o biopoder se manifesta como a norma de fazer viver e de deixar morrer. Reconhecemos o não alijamento da violência no exercício do poder normalizador biopolítico que agencia a vida dos corpos da população. Foucault faz menção há vários e amplos tipos de racismo de Estado, justificando o descarte dos indivíduos indesejáveis ou não normalizados, para assim preservar, proteger e purificar a vida do homem espécie, deixando ou fazendo morrer. Temos a justificação da prática de mecanismos de eliminação muitas vezes bastante sutis, agora não mais para derrotar adversários políticos, mas para a promoção da vida, para o fortalecimento da própria espécie.

A partir deste panorama, a tarefa primordial da filosofia passa a ser a de se diagnosticar na atualidade como se exerce o poder, a partir desse processo de governamentalização biopolítica do Estado e onde e quando o exercício de suas práticas pode interferir na liberdade dos indivíduos. Por esta razão, Foucault interpreta que o texto kantiano da *Aufklärung* inaugura um tipo de filosofia crítica, caracterizada como a ontologia crítica do presente de nós mesmos – que indica nossa constituição enquanto sujeitos que exercem e sofrem relações de poder (FOUCAULT, 2002, p. 350).

## **Ontologia do presente e agonística entre poder e liberdade**

Essa ontologia considerada como um *ethos* filosófico se constitui em uma vida filosófica em que a crítica do que somos é simultaneamente uma análise histórica dos limites que nos são colocados e prova de sua transformação possível, sendo a liberdade a sua condição, objeto e objetivo (FOUCAULT, 2002, p. 351). Uma atitude filosófica que exige sempre um trabalho sobre nossos limites, isto é, um labor paciente que dá forma à impaciência da liberdade (FOUCAULT, 1994a, p. 73). Logo a noção de ontologia crítica do presente torna-se indis-

pensável para se desmascarar práticas oriundas do poder que representem restrições arbitrárias às possibilidades dos sujeitos serem livres. Adota-se a tentativa de transformar o sentido de crítica kantiana, em uma atitude prática da razão objetivando atingir modos de ultrapassagem dos nossos limites, onde se localiza sempre a possibilidade de se criar ações ou pensamentos diferentes dos padrões vigentes. Temos uma “atitude limite”, que precisa ser entendida não como uma mera ação de rejeição, mas como uma atitude de crítica em movimento, voltada para transformação da vida dos indivíduos de forma criativa, levada às últimas conseqüências e buscando ultrapassar os limites impostos. A atitude de modernidade torna-se atitude-limite, prática transformadora da vida, subjetiva ou política. Deste modo, a atitude-limite passa a se situar nas fronteiras, dirigindo-se para a ultrapassagem dos limites, para a ampliação do exercício da liberdade. Neste momento, ressaltaremos alguns pontos de divergência entre Foucault e Kant.

Para Foucault, a tarefa específica da filosofia crítica seria a reflexão sobre os *limites*, mas a noção foucaultiana de limite rompe com a perspectiva transcendental e normativa kantiana. Em Kant, os limites são entendidos como a fronteira intransponível do conhecimento (a da experiência possível), que não poderia ser ultrapassada sob risco de ir além das prerrogativas legítimas da razão humana. Contrariamente, Foucault pensa o limite como a atitude de ultrapassagem radical com hábitos instituídos de pensamento. Outro ponto de divergência de Foucault para com Kant quanto ao sentido da noção de limite:

A crítica é a análise dos limites e a reflexão sobre eles. Mas, se a questão kantiana era de saber a quais limites o conhecimento deve renunciar a ultrapassar, me parece que a questão crítica hoje deve ser revertida em questão positiva: no que nos é dado como universal, necessário, obrigatório, qual é a parte do que é singular, o contingente e devida a obstáculos arbitrários. Trata-se, em suma, de transformar a crítica exercida na forma da limitação necessária numa crítica prática na forma da ultrapassagem possível. (FOUCAULT, 2001, p.1393).

A noção de limite, portanto, é vista por Foucault de forma oposta à da filosofia transcendental de Kant. Foucault inverte a crítica kantiana renunciando ao sujeito transcendental e substituindo as condições formais de possibilidade da experiência por condições históricas.

Foucault sugere que esta atitude limite tenha um caráter experimental em relação à realidade contemporânea, tanto para entender os pontos onde a ultrapassagem se torne possível e também desejável, quanto para determinar a forma que esta atitude precisa tomar (FOUCAULT, 1988, p. 46). Devemos assinalar também que a apropriação foucaultiana da *Aufklärung* não se encontra embasada na noção de liberdade transcendental kantiana. A concepção de liberdade no sentido foucaultiano é empírica, imanente, descentralizada a partir da complexa rede de contingências determinadoras da subjetivação. Não existe a proposta de um modelo para um agir universal. Também não é um sujeito transcendental que está em jogo. Assim sendo, a referência ao modelo kantiano não significa um retorno a Kant por parte de Foucault. A atitude crítica consiste em repensar o Iluminismo, não como aurora do reino luminoso da razão, mas como um esforço permanente para interrogar as racionalidades totalitárias ou falaciosas que nos conduzem. Passa-se de uma crítica em termos transcendentais para uma crítica no plano das práticas imanentes. A crítica não vai mais ser exercida na investigação das estruturas formais que têm valor universal. O objetivo da crítica *hoje* é o de se configurar enquanto *ethos* filosófico, buscando as condições e as indefinidas possibilidades de nos transformarmos a nós próprios. A crítica prática dos nossos limites, promovida por uma filosofia da ontologia do presente, pode abrir novos espaços para recusarmos o que temos sido, agindo e pensando de forma mais criativa. Então o ponto essencial da ontologia crítica de nossos limites é possibilitar o pensar e o agir diferente.

As relações de poder ocorrem a partir de uma série de lutas que se desenvolveram mais recentemente. A principal destas lutas é contra as formas de sujeição e contra a submissão da subjetividade. Na realidade não temos um **antagonismo** essencial, mas um **agonismo** entre poder e liberdade, em uma incitação recíproca e de luta, apresentando o sentido de combate

permanente, no qual o interesse não é atingir a verdade, a certeza, mas sim uma ação de ultrapassar a nós mesmos. Esta agonística só demonstra que o poder não é um sistema de dominação absoluto, não permitindo brechas ou espaços para a liberdade. O trabalho de transformação profunda só pode ser feito ao ar livre e sempre agitado pelo exercício de uma crítica permanente. A condição do exercício do poder é, sempre, e principalmente, a liberdade. O importante a ser assinalado é o sentido que a liberdade recebe, se apresentando como uma de tarefa dos sujeitos racionais e livres, sempre agindo para reconstruí-la, como numa espécie de eterno recomeçar criativo de transformação e ultrapassagem. As práticas do poder são determinadas pelas relações entre homens livres, acarretando em tensões entre os modos de execução das potências da liberdade. Quanto ao sentido de transformações, destaque-se a rejeição foucaultiana aos esquemas de transformações que buscam estabelecer a liberdade de uma vez por todas. Não há espaço para perspectivas de futuro messiânicas. Os projetos de transformação sociais postos em jogo no século XX, pouco importando sua coloração ideológica, não levaram a nada além do que decepções, sacrifícios coletivos, dores do mundo (FOUCAULT, 1988, p.47). Ao invés destas ilusões universalistas, Foucault defende a necessidade de enfocarmos tipos parciais de transformações que apresentam na prática a possibilidade de criação de espaços para a liberdade.

Para o pensador francês, a potencialidade da liberdade representa o conteúdo ontológico do homem na modernidade. A liberdade, a luta entre seres livres, está no fundamento de todo processo individual e social na modernidade. Esta agonística entre liberdade e poder não é simples. Traz em seu bojo um interessante paradoxo: a liberdade é tanto condição para o exercício do poder quanto uma resistência ao exercício do poder. A agonística ou em outros termos, toda luta individual e social pró ou contra a efetivação da liberdade, torna-se, assim, uma questão política incontornável. Uma tarefa política inerente a toda existência social (FOUCAULT, 1994b, p. 239). Passível de ser diagnosticada em sua concretude e não em idealizações. Sendo assim, o exercício da ontologia crítica precisa levar sempre em conta o **sentido de realidade efetiva** das relações de



poder da forma como são praticadas, isto é, o embate de forças agonísticas, sempre no limite entre a liberdade de exercício do poder e a liberdade de se contrapor ao poder.

Por este motivo, podemos vislumbrar distintas e diversas formas de resistência ao poder, exercidas por subjetividades distintas, possuidoras de questões específicas e diferentes de acordo com as condições sociais. A multiplicidade das relações agonísticas entre o poder e a liberdade possui variadas gradações, não se limitando ao âmbito privado, mas principalmente no espaço público ou uma comunidade de homens livres. No conceito de ontologia crítica do presente há um vínculo direto com esse campo de atuação política iniciado na subjetividade, e que incide necessariamente na vida coletiva e social. É de se notar que a ontologia crítica do presente não é uma tarefa fácil: ela tem como condição o diagnóstico, o mais claro e racional possível, do mundo que cerca os indivíduos. Mas não se limitando à esfera de uma teoria, aliás, muito longe dessa condição, interferindo nos modos de ser e agir dos indivíduos, pois só teria sua validade enquanto possibilitando transformações. Mas como ocorre este processo? Pressupondo a decisão de ultrapassagem e modos de transformação aos quais os indivíduos podem dispor de modo estratégico para superação de limites e abrindo a possibilidade da condição ontológica de liberdade do homem. Desse modo, a ontologia histórica do presente consiste em uma tarefa constantemente aberta, em dar liberdade ao seu limiar historicamente e socialmente possível. Cabe aos homens livres, a cada instante, reinventarem suas formas de vida.

Poderá de algum modo, trazer certo desconforto quando notamos que na concepção agonística entre poder e liberdade, não se aproxima nem do contratualismo, da consensualidade e recusa qualquer discurso sobre servidões voluntárias. Também não há a crença numa hipotética expropriação originária. Por outro lado, nas relações agonísticas, está ausente qualquer sentido de teleologismo histórico. O tipo de historicidade que marca a modernidade é atravessado pelas relações de poder concretas. A agonística no sentido de luta não se direciona a uma possível busca de felicidade ou harmonia, mas implica em uma dualidade e oportunidade de combate que se apresentam

nas relações de poder entre os sujeitos. Concebem-se estes sujeitos como agônicos no sentido de ser uma provocação permanente das relações poder-liberdade. Exerce-se a liberdade no âmbito de uma tensão permanente e produtiva entre os dois pólos paradoxais: por um lado, o assujeitamento das limitações, por outro, a liberdade possível, mas limitada. Exatamente neste estado de tensão dá-se a possibilidade das relações agonísticas.

## Considerações finais

Então percebemos que após explicitar a mecânica do exercício do poder como um modo de ação sobre as ações de sujeitos agentes, Foucault inclui um elemento muito importante - a **liberdade**. O poder, diz ele, só se exerce sobre sujeitos livres, entendidos como sujeitos individuais ou coletivos que têm frente a eles um campo de possibilidade onde várias condutas, várias reações e diversos modos de comportamento podem ocorrer (FOUCAULT, 1994a, p.237). O objetivo principal de um pensamento crítico hoje, deve ser o de "imaginar e construir o que poderíamos ser", para assim recusarmos o que somos e assim nos libertarmos da individualização e totalização simultâneas das estruturas do poder moderno. Ou seja: temos um problema ao mesmo tempo político e ético, que se coloca a nós hoje que não consiste apenas em se tentar libertar o indivíduo do Estado e de suas instituições, mas de libertar a *nós* mesmos do Estado e do tipo de individualização que está ligada à sua estrutura. Neste contexto de uma reflexão mais diretamente ligada à nossa atualidade.

O fator crucial de uma ontologia crítica do presente, a partir de seu caráter genealógico, repele qualquer leitura historicista defensora de um futuro promissor. Por este motivo a liberdade humana se encontrará sempre inserida no jogo agonístico com o poder, não havendo espaço para imaginar algum tipo de libertação universalizável. Parece-nos possível e apropriado, partindo de uma perspectiva foucaultiana, propor uma ontologia crítica de nosso momento presente como expressão de uma ética como política de inconformidade ou uma política como uma ética de inconformidade, onde as práticas de resistência e as lutas libertárias não apresentem nenhum tipo de pretensão humanista.

Parece não haver qualquer tipo de conotação de angústia ou desespero, na liberdade de resistir contra qualquer prática de assujeitamento, mas busca-se sim afirmar a vida que em sua realidade efetiva se apresenta prazerosa e séria, insustentavelmente leve e insuportavelmente pesada. Essa condição em nossa interpretação, constitui-se no pressuposto da agonística, que sendo luta, traz em si as potencialidades das transformações e ultrapassagens, da formulação de estratégias, da vigilância para com os processos de assujeitamento e descarte da vida.

Uma filosofia crítica, capaz diagnosticar e buscar as condições e as indefinidas possibilidades para transformar o sujeito, identificando a gênese do poder e a descrição da aplicação de seus mecanismos sobre os indivíduos se faz imprescindível. Abrindo brechas para tentativas criativas de novas formas de resistência, contra as práticas sutis de assujeitamento, re-propondo a análise do campo político atual, através da constituição ética dos sujeitos, partindo da produção de subjetividades. Então a tarefa política incessante da filosofia se apresenta como a análise, a elaboração e a crítica das relações de poder, problematizando a relação de agonismo entre poder e liberdade. Se Foucault não apresenta quaisquer tipos de saídas ou soluções mirabolantes e idealistas, não enfatizando um otimismo simplório, também está longe de se apresentar como um pessimista ou niilista. Sua posição se reflete como a de um realista militante

que remete ao diagnóstico de que toda a sociedade é perpassada por relações de poderes, envolvendo a agonística entre poderes e contrapoderes. Precisamos estar conscientes de que esta luta cria novos domínios de poder. Assim, não existem lutas libertárias que se completam, mas sempre se recriam.

## Referências Bibliográficas

- FOUCAULT, Michel. *Politics, philosophy, culture*. New York: Routledge, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Dits et écrits*, v. III. Paris: Gallimard, 1994a.
- \_\_\_\_\_. *Dits et Écrits*, v. IV. Paris: Gallimard, 1994b.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Dits et Écrits*, v. II. Paris: Gallimard, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Naissance de la biopolitique*. Cours Collège de France. 1978-1979. Paris : Seuil/Gallimard, oct., 2004.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*. Petrópolis RJ: Vozes, 2005a.
- \_\_\_\_\_. História da sexualidade I. In: a vontade de Saber. São Paulo: Graal, 2005b. KANT, Immanuel. *Textos seletos*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Recebido em 08/03/2009  
Aceito em 09/06/2009